

ORGANIZADORES

Benito Schmidt | Caroline Pacievitch | Caroline Silveira Bauer

ENSINO DE
HISTÓRIA
DIFERENÇAS E DESIGUALDADES

Coleção (In)docências
Volume 1



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



CAPES

ORGANIZADORES

Benito Schmidt | Caroline Pacievitch | Caroline Silveira Bauer

ENSINO DE HISTÓRIA DIFERENÇAS E DESIGUALDADES



São Leopoldo
2021

© Dos autores - 2021

Projeto gráfico e editoração: Gabriella Tachini

Capa: Fred Messias

Revisão: Dos autores

Conselho Editorial (Editora Oikos)

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)
Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)
Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)
Eunice S. Nodari (UFSC)
Haroldo Reimer (UEG)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
João Biehl (Princeton University)
Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)
Marluza M. Harres (Unisinos)
Martin N. Dreher (IHSL)
Oneide Bobsin (Faculdades EST)
Raúl Fernet-Betancourt (Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)
Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 - B. Scharlau
93120-020 - São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)

E59 Ensino de História : diferenças e desigualdades [recurso eletrônico] / Benito Schmidt, Caroline Pacievitch, Caroline Silveira Bauer (org.) – Dados eletrônicos. – Brasília, DF : CAPES - PROFHISTORIA; São Leopoldo: Oikos, 2021. 188 p. (Coleção (In)docências; v. 1)

Licença Creative Commons CC BY-SA 4.0

ISBN: 978-65-5973-023-0

ISBN: 978-65-5974-000-1 (Ed. Oikos)

1. Ensino de História. 2. Educação. 3. Formação de professores. I. Schmidt, Benito. II. Pacievitch, Caroline. III. Bauer, Caroline Silveira.

CDD 370.71

Catalogação na publicação: Aline da Silva Argenta – CRB 10/1725

ORGANIZADORES

Benito Schmidt | Caroline Pacievitch | Caroline Silveira Bauer

ENSINO DE
HISTÓRIA
DIFERENÇAS E DESIGUALDADES

Coleção (In)docências
Volume 1



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



CAPES

APRESENTAÇÃO

Em uma procura rápida no Google encontramos, como definição do substantivo feminino “docência”, “ação de ensinar; exercício do magistério”. Já quanto a outro substantivo feminino, “indecência”, alguns significados apresentados são: “ato, dito ou atitude indecente; descompostura, inconveniência, desrespeito”.

Em uma primeira mirada, não é correto que essas duas palavras apareçam associadas: quem ensina não pode se caracterizar pela descompostura, quem exerce o magistério não pode ter atitudes inconvenientes e desrespeitosas. E assim acontece na vida diária: docentes, em geral, pautam seu exercício profissional pela ética, pelo respeito, pela compostura. Por que então juntar os termos no título dessa coleção? Para passar uma descompostura nas formas convencionais e desatualizadas de ensinar história, para ser inconveniente com quem pensa que o/a professor/a de história é um mero reprodutor de conteúdos, para desrespeitar as fronteiras convencionais entre o ensinar e o pesquisar. É nesse sentido provocativo que o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) é “indocente”, ao promover o diálogo entre prática e teoria, ao atenuar as hierarquias entre diferentes níveis de ensino, ao fomentar a formação de professores/as.

Constituído em 2013, o núcleo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi um dos fundadores da rede ProfHistória. Desde então, professores/as da universidade e do ensino básico vêm travando múltiplos diálogos, aprendendo em conjunto e tentando colaborar para uma melhora efetiva do ensino de história. As dissertações produzidas no curso, desde diferentes experiências profissionais, referências conceituais e práticas pedagógicas, evidenciam esse desejo de crescer juntos/as e impactar universidade e escola. Não obstante a variedade de temas, os trabalhos procuram aliar atualização bibliográfica e teórica nos campos da historiografia e do ensino de história, com dimensões propositivas capazes

de interpelar a sala de aula e a pesquisa acadêmica, oferecendo perspectivas pedagógicas com grande potencial de promover inovações em termos de conteúdos, currículos e metodologias.

Além disso, é importante destacar que as seleções para o núcleo da UFRGS ocorrem, desde 2017, com uma política de ações afirmativas, reservando vagas para candidatas/es/os autodeclaradas/es/os negras/es/os, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas trans.

A coleção *Indocências* busca oportunizar ao público em geral o conhecimento dessas reflexões produzidas no núcleo UFRGS do ProfHistória, dando publicidade aos trabalhos realizados pelos/as pesquisadores/as de egressos. Pedimos a eles e elas que condensassem em poucas páginas os principais achados de suas pesquisas, incluindo, de modo articulado, as discussões historiográficas, teóricas e pedagógicas, e a dimensão propositiva. As e os autores tiveram liberdade para escrever seus textos a partir de determinados referenciais da linguagem inclusiva e de abordagens teórico-metodológicas. Isso resultou em diferentes perspectivas no estilo da escrita e no manejo das fontes, o que poderá ser confirmado pelo/a leitor/a do livro.

Para esse primeiro volume, priorizamos o tema “Ensino de história, diferenças e desigualdades”, por ser ele muito recorrente nas dissertações defendidas, o que certamente se liga à sua presença concreta como um desafio aos/às professores/as na prática docente cotidiana. A partir daí fizemos uma chamada e recebemos oito textos. Estes, depois de comentados pelas organizadoras e organizador, foram reenviados aos/às autores/as e, após finalizados, agrupados em três blocos temáticos.

O primeiro, chamado de “Perspectivas decoloniais”, aciona autores e conceitos desse campo teórico e político para pensar o ensino de história em situações concretas.

Leonardo Borghi Ucha, no capítulo “Memórias em roda: proposições para decolonizar aulas de história em uma escola na periferia de Porto Alegre”, teoriza sobre a produção coletiva de conhecimentos históricos a partir de rodas de memória planejadas, realizadas e analisadas com estudantes, docentes e membros da comunidade. De forma coerente aos referenciais teórico-

metodológicos sobre a colonialidade dos saberes e a reconstrução coletiva da história, Ucha problematizou, simultaneamente, a decolonização da escrita da história e da aula de história, mas, também, da pesquisa em ensino de história. Em seu trabalho não há conteúdo simplificado, nem cartilha a ser reproduzida: há conhecimentos históricos múltiplos produzidos na vida da aula de história.

A mesma aposta nos jovens como produtores de conhecimento se encontra no capítulo “O estudo da migração no ensino fundamental: humanizando sujeitos e saberes”, de Vanessa Nicoceli Bull. Nele, a autora estudou o tema da migração com seus estudantes do sétimo ano do Ensino Fundamental. A construção da sequência didática articuladora da prática pedagógica considerou os jovens como sujeitos históricos, que carregam experiências de vida compostas por conhecimentos e saberes significativos. A partir dessa percepção, Bull elaborou instrumentos que objetivaram humanizar os olhares dos discentes sobre o movimento de migração, a partir da ideia de que o processo é composto por indivíduos reais e singulares. O comentário de um de seus alunos que afirmou ter se convencido de que as pessoas migrantes têm as mesmas rotinas e gostos que ele, e não vêm de “outro mundo”, indica o acerto da iniciativa.

No segundo bloco, temos dois trabalhos abordando e concretizando a educação antirracista.

Cléber Teixeira Leão, no capítulo “Branquitude, Ensino de História e Educação das Relações Étnico-Raciais: um estudo com turmas do Ensino Fundamental do Rio Grande do Sul” aborda a invisibilidade dos privilégios de branquitude no ensino de história. Leão orientou seu trabalho pelos estudos críticos da branquitude, analisando duas coleções de livros didáticos, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e uma série de atividades realizadas com estudantes de sétimo a nono ano, de escolas estaduais de Porto Alegre. Ele explorou os conceitos de raça e etnia, problematizando como identidades raciais brancas afetam os conteúdos de História. Sua pesquisa permitiu olhar para o grupo branco também como racializado e provocou estudantes a questionarem os privilégios dispostos pelo racismo estrutural, não sem suscitar tensões – por vezes produtivas – na comunidade escolar.

Eliane Goulart Mac Ginity, autora do capítulo “Ensino de história, narratividade e racismo: o potencial ético da aula de história”, trabalha com a construção de conceitos históricos através da elaboração de narrativas históricas ficcionais em sala de aula, em uma perspectiva de uma “história contrafactual”. O tema escolhido para explorar a criatividade e a compreensão do processo de elaboração das narrativas históricas foi a escravização durante o chamado “período colonial” da história brasileira. A autora também explicita de que forma sua proposta contribui para uma educação antirracista, a partir dos princípios da educação das relações étnico-raciais.

Já o terceiro bloco trata de “Gênero e sexualidade”, incluindo pesquisas que problematizam esses marcadores na reflexão e na prática do ensino de História.

Gabriela Schneider, em “Gênero nas aulas de história: reflexões sobre diferenças e desigualdades a partir de uma proposta de currículo em ação”, elaborou suas reflexões a partir de um diagnóstico: a categoria “gênero” está presente em currículos escolares e diretrizes educativas e perpassa as relações vivenciadas nos espaços escolares, mas nem sempre é problematizada em sala de aula. Portanto, desenvolveu uma proposta de “currículo em ação”. Ao longo de todo o ano letivo, Gabriela trabalhou com sua turma de nono ano a noção de gênero como uma categoria histórica através de atividades, debates e trabalhos.

A vida da aula de história permeia o capítulo de Muriel Rodrigues de Freitas, intitulado “Mulheres, loucura, documentário e ensino de história”, pois o documentário por ela realizado só foi possível pela composição entre as vozes de estudantes de Educação para Jovens e Adultos (EJA) e os referenciais teórico-metodológicos – principalmente sobre gênero e história – adotados pela autora. Freitas ultrapassa o par professora e pesquisadora para ser, também, roteirista, editora, atriz e diretora, sempre com a sala de aula no horizonte. A análise das três etapas da oficina desenvolvida com os e as estudantes demonstrou a importância de conjugar o teórico, o político e o estético na aula de história.

Paula Tatiane de Azevedo, no capítulo “Mais do que diversificar as aulas, gênero problematiza a própria construção do conhecimento: uma experiência de formação continuada de professoras/es em gênero e ensino de História”, descreve e

analisa a proposta que desenvolveu de elaboração e aplicação do curso de extensão Caminhos entrecruzados: o ensino de história, gênero e formação de professoras/es, efetivado em um ambiente virtual de aprendizagem (AVA). O curso foi realizado com professoras/es da rede municipal de uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre com o objetivo de debater questões teórico-metodológicas relacionadas a usos da categoria gênero no ensino de História. As/os professoras/es participantes, tendo por base suas vivências cotidianas em sala de aula, foram unânimes em explicitar a necessidade de reflexão sobre as questões de gênero na escola, na contramão dos movimentos conservadores e reacionários que querem interditar tal debate. A fala de um dos cursistas que dá título ao capítulo mostra a compreensão de que gênero não é só um “tema a mais”, mas uma categoria potente para problematizar a historiografia e o ensino de história.

Como na maioria dos trabalhos desenvolvidos no ProfHistória, Priscila Spindler Corrêa Nunes partiu de questões surgidas de sua prática docente para construir a problematização de seu estudo. Em “Gênero e sexualidade nas aulas de História: composições para um currículo antinormativo”, a autora buscou entender o que o ensino de História pode fazer para que estudantes trans e LGBTQIA+ sintam-se pertencentes e representados/as nas aulas da disciplina. Utilizando como fontes as suas próprias aulas, as observações das aulas de História do TransENEM e os questionários realizados com os/as alunos/as desse curso, e partindo de perspectivas teóricas queer, pós-críticas e transfeministas, ela discutiu a possibilidade da construção de um currículo de História com disposição antinormativa, ou seja, um currículo que não essencialize, reifique e hierarquize corpos, desejos, performances e identidades.

Com a publicação dessa coleção e dessa obra esperamos contribuir para a intensificação dos diálogos entre universidade e escola, e para a melhoria do ensino de história.

Que sigamos indocentes!

Benito Bisso Schmidt
Caroline Pacievitch
Caroline Silveira Bauer
Março de 2021